

W.S.

### PARECER SOBRE AS CONTAS

Nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o nosso relatório e o parecer sobre o relatório de execução financeira, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, os mapas de execução orçamental, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas referentes ao exercício de 2020 que nos foram apresentados pelo Órgão Executivo da **CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**.

1. No âmbito das nossas funções:

- Procedemos ao acompanhamento possível da gestão e da atividade do Executivo da **CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**;

- Analisámos a informação contabilística, financeira e de gestão que nos foi disponibilizada, em suporte documental e informático, e verificamos a regularidade nos respetivos livros, registos contabilísticos e documentos;

- Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e dos passivos pertencentes ou assumidos pela **CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**, particularmente no que respeita à adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados e que constam expressos no Anexo às contas;

- Desenvolvemos os procedimentos de revisão e auditoria às contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência, emitimos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, a Certificação Legal das Contas, entregue ao Executivo da **CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**, cujo conteúdo consideramos como fazendo a parte integrante do presente relatório;

- Verificámos a conformidade legal e a regularidade financeira das operações registadas.

2. As demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 94.511.487 euros, incluindo um saldo de gerência anterior, no valor de 4.600 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga de 93.201.451 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Emitimos ainda a Certificação Legal das Contas, com data de 25 de junho de 2021, a qual inclui 5 reservas, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

#### **Reservas:**

Com referência a 31 de dezembro de 2020, as rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento ascendem a um valor líquido de 292.083.41 euros e 18.754.498 euros. No decurso do processo de transição para o SNC-AP a Entidade não conseguiu desenvolver todos os procedimentos necessários, conforme previsto nas NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis e NCP 8 – Propriedades de Investimento e Manual de Implementação do SNC AP, por forma a garantir o correto reconhecimento e mensuração dos seus ativos, nomeadamente a utilização do Valor Patrimonial Tributário (VPT) para a valorização dos imóveis adquiridos através de transações sem contraprestação, e a separação dos imóveis entre Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento. Nesta base, não estamos em

Hs.

Salgueiro & Associados, SROC, Lda.  
SROC n.º 310  
Registada na CMVM com n.º 20161601

posição de nos pronunciar sobre os possíveis impactos que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, e outras variações no património líquido ascendem ao valor líquido de 6.463.420 euros, e 91.268.565 euros respetivamente, referindo-se essencialmente a montantes recebidos ou recebíveis associados a subsídios governamentais, no âmbito de programas de financiamento europeu. No decurso do nosso trabalho, não nos foi possível obter todo o detalhe dos ativos associados aos respetivos subsídios, nem verificar o cumprimento das condições associadas aos mesmos, impossibilitando assim a análise relativa aos respetivos proveitos a reconhecer no exercício e em exercícios anteriores. Nesta base, não estamos em posição de nos pronunciar sobre os possíveis impactos que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a um valor líquido de 2.274.392 euros. No decurso do nosso trabalho, verificámos que módulo de terceiros apresenta divergências face aos valores contabilísticos registados, para qual não foi possível obter a respetiva reconciliação, inviabilizando a conclusão dos procedimentos de auditoria nesta área. Nesta base, não estamos em posição de nos pronunciar sobre os possíveis impactos que esta situação poderá ter nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

No decurso do processo de transição para o SNC-AP, não foi possível à Entidade obter a informação referente aos acordos de concessão de serviços e proceder aos seus respetivos registos contabilísticos, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços. Nesta base, não estamos em posição de nos pronunciar sobre os possíveis impactos que esta situação poderá ter nas rubricas de Diferimentos (Passivo Não Corrente) e Ativos Fixos Tangíveis a 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 não integram a informação sobre a contabilidade de gestão prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

4. Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras e orçamentais relativas ao exercício de 2020 e o Relatório de Execução Financeira, bem como a proposta de aplicação dos resultados líquidos negativos apurados de 5.287.202 euros, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que, depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados e aprovados pela Assembleia da CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL.

Lisboa, 25 de junho de 2021



Salgueiro & Associados, SROC, Lda. (SROC n.º 310)  
Representada por Hugo Alexandre Mateus Salgueiro (ROC n.º 1 499)